

Aula 10 - Profs. Bruno Bezerra e Raphael Rabelo

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Civil +
Estatuto da Pessoa Idosa + Estatuto da*

Pessoa com Deficiência - 2025
Autor:
Thais de Cássia Rumstain,
(Pós-Edital)
**Raphael Rabelo Parreira, Bruno
Bezerra**

16 de Junho de 2025

ESTATUTO DA PESSOA IDOSA (LEI Nº 10.741/2003)

Sumário

Análise Estatística	2
O que é mais cobrado dentro do assunto?	2
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	3
Aposta estratégica	13
Questões estratégicas	16
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	23
Perguntas	24
Perguntas com respostas	25
Lista de Questões Estratégicas	26
Gabarito	31



ANÁLISE ESTATÍSTICA

O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem assunto dessa aula, possuímos a seguinte distribuição percentual:



Assunto	Incidência em concursos similares (Instituto AOC)
Direitos Fundamentais (direito à vida, saúde, liberdade, dignidade, etc.)	45%
Disposições Preliminares e Base Constitucional (conceitos gerais, prioridades)	30%
Crimes (tipificados no Estatuto da Pessoa Idosa)	10%
Política de Atendimento (organização e conselhos de atendimento ao idoso)	5%
Medidas de Proteção (medidas gerais e específicas de proteção ao idoso)	5%
Acesso à Justiça (prioridade processual, Ministério Público, defensoria, etc.)	3%
Pessoa Idosa, Vulnerabilidade e Direitos Humanos (contexto de DH e grupos vulneráveis)	1%
Proteção Interna e Base Constitucional	1%

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.

Dentre os assuntos abordados nesta aula, acreditamos que os seguintes possuem maior probabilidade de aparecerem na sua prova:



1. PESSOA IDOSA, VULNERABILIDADE E DIREITOS HUMANOS

Nesta aula, abordaremos o [Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003](#), que foi atualizado pela Lei 14.423/2022, substituindo a expressão "idoso" por "[pessoa idosa](#)" para contemplar ambos os gêneros. A proteção à pessoa idosa se manifesta em diplomas internos, como a Constituição Federal e o próprio Estatuto, e também em referências internacionais.

Embora as principais declarações internacionais de Direitos Humanos abordem a proteção à pessoa idosa de forma geral, como a Declaração Universal de Direitos Humanos (Art. 25) e o Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais (Art. 9º), a ênfase necessária nem sempre é dada. No Sistema Regional de Direitos Humanos, o Protocolo de San Salvador (Art. 17) assegura "proteção especial à velhice".

É importante notar que a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas, adotada pela OEA em 2015, foi apenas assinada pelo Brasil, [não tendo completado o ciclo de internalização](#), e suas normas ainda não estão em vigor no país, conforme entendimento do STF de que o tratado somente entra em vigor na ordem interna com o decreto de promulgação.

2. A PROTEÇÃO INTERNA À PESSOA IDOSA E A BASE CONSTITUCIONAL

No que diz respeito à tutela constitucional das pessoas idosas, destaco o Art. 230 da Constituição Federal. Desse dispositivo, nota-se que o dever de amparar as pessoas idosas é [tripartido](#), constituindo [dever da família, da sociedade e do Estado](#). É crucial observar que as disposições constitucionais que estabelecem direitos sociais não devem ser vistas apenas como proclamação de princípios ou como tendo um caráter meramente programático. Existe um [dever específico do Estado em realizar as prestações constitucionais](#) e, falhando o cumprimento deste dever, cabe o ingresso em juízo para a imposição desses dispositivos constitucionais.

Por exemplo, quanto ao [direito à gratuidade nos transportes coletivos](#) assegurada pelo §2º aos [maiores de sessenta e cinco anos](#), o Supremo Tribunal Federal já reconheceu que essa disposição tem [eficácia plena e aplicabilidade imediata](#), independente de qualquer regulamentação infraconstitucional e restando afastados quaisquer óbices concernentes à repercussão econômica da norma. Ademais, nossa Constituição Federal prevê que os filhos possuem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice. Esse dever de assistência é concretizado principalmente pelo dever de que os filhos prestem alimentos aos pais idosos. [É importante não confundir o dever de alimentos, que decorre da relação familiar de parentesco, com o direito ao benefício de prestação continuada](#), este último consistindo num programa assistencial do governo brasileiro. Essas são as premissas gerais de proteção à pessoa idosa na Constituição Federal.

Na legislação infraconstitucional, existem diversas normas que tratam da pessoa idosa, como:

- Lei nº 8.842/1994: Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e criou o Conselho Nacional do Idoso.



- Decreto nº 1.948/1996: Regulamentou a Política Nacional do Idoso.
- Lei nº 10.173/2001: Estabeleceu prioridade na tramitação de procedimentos judiciais nos quais figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 65 anos.
- Decreto nº 4.227/2002: Criou o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI.
- Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): Dispõe sobre a Política Nacional da Pessoa Idosa, criou normas sociais para o tratamento das pessoas idosas, garantindo-lhes integração, autonomia e participação na sociedade e, principalmente, a promoção da longevidade com qualidade de vida.
- Decreto nº 6.214/2007: Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e à pessoa idosa.
- Lei nº 12.213/2010: Institui o Fundo Nacional do Idoso.

Antes de aprofundarmos no estudo do Estatuto da Pessoa Idosa, é relevante mencionar o **etarismo, idadismo ou ageísmo**. São termos sinônimos que se referem a preconceito, estereótipos e discriminação contra pessoas em razão da idade. A discriminação etária e geracional pode se manifestar de diversas formas em situações do cotidiano, como na desvalorização da experiência dos mais velhos e na falta de oportunidades para os mais jovens.

O etarismo pode se manifestar por meio de julgamentos (quanto à capacidade da pessoa de realizar determinado trabalho devido à sua idade), exclusão (social ou profissional), maus-tratos, negligência (de cuidados, em caso de necessidade), ou até mesmo por meio de violência física e emocional. Como veremos, o **etarismo é crime** previsto no Estatuto da Pessoa Idosa.

3. ESTATUTO DA PESSOA IDOSA

O Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003, é composto por 118 dispositivos e organiza-se na seguinte estrutura:

3.1. Disposições Preliminares

O conceito de pessoa idosa sempre foi objeto de controvérsia na doutrina especializada. Os ordenamentos jurídicos, de modo geral, estabelecem uma faixa etária ou um limite de idade para que alguém seja considerado pessoa idosa. Contudo, tal critério é sumariamente criticado. Devido à dificuldade de se estabelecer um parâmetro objetivo e uniforme para ser aplicado na prática, o Estatuto da Pessoa Idosa fixa, no Art. 1º, que será **idosa a pessoa que tiver idade igual ou superior a 60 anos**.

A pessoa idosa goza de todos os direitos assegurados, especialmente os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal. As regras previstas no Estatuto constituem um patamar civilizatório adicional para conferir proteção especial às pessoas idosas, em nítido exercício da igualdade em sentido material, especialmente para a preservação da saúde física e



mental, e o aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto da Pessoa Idosa é fundamentado no **princípio da prioridade**. Desse modo, o **atendimento às necessidades das pessoas idosas deve ser atendido com prioridade pela comunidade, pela família, pela sociedade e pelo poder público**. A proteção específica conferida pelo Estado a alguns grupos de pessoas não pode ser tida por inconstitucional perante o princípio da igualdade, o qual deve ser entendido num sentido material: os que precisam de amparo especial devem receber essa proteção específica.

Entre os direitos prioritariamente assegurados, o Estatuto da Pessoa Idosa determina a abrangência da tutela, conforme o § 1º do Art. 3º:

- I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;
- III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à pessoa idosa;
- IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio da pessoa idosa com as demais gerações;
- V – priorização do atendimento da pessoa idosa por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência. É importante ressaltar esse ponto, que é questão comum em concursos: o atendimento das pessoas idosas deve ocorrer prioritariamente no seio de sua própria família, e não em asilos ou instituições estatais. A situação excepcional mencionada pelo inciso em que é postergado o atendimento familiar é quando a família não possuir condições de manutenção da pessoa idosa ou quando esta não tiver família.
- VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços às pessoas idosas;
- VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;
- VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.
- IX – prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

Essas garantias **são ainda mais extensas em relação às pessoas idosas maiores de oitenta anos**, que têm prioridade especial sobre as demais pessoas idosas.



3.2. Direitos Fundamentais

O fundamento para justificar a proteção diferenciada às pessoas idosas reside na solidariedade e fraternidade, classificando os direitos fundamentais de proteção às pessoas com idade mais avançada como direitos de terceira dimensão. É importante frisar que, embora o respeito às pessoas idosas em abstrato seja um direito de terceira geração, alguns direitos individualmente garantidos, como o benefício de prestação continuada, são de segunda geração, por serem prestações positivas e assistenciais do Estado.

Direito à Vida

O Art. 8º do Estatuto trata do **direito ao envelhecimento**, visto tanto como um direito personalíssimo quanto como um direito social, sob o aspecto da proteção social das pessoas idosas. Para garantir isso, o Estado deve promover políticas públicas específicas que possibilitem o envelhecimento com dignidade e proteção aos direitos humanos.

Sobre o direito à vida das pessoas idosas, é crucial distinguir **eutanásia** de **ortotanásia**:

Eutanásia	Ortotanásia
Há provocação da morte	Não há provocação da morte diretamente, apenas a cessação de tratamentos médicos
É crime no Brasil	Pode-se dizer que é aceita no Brasil

Direito à Liberdade, Respeito e à Dignidade

O Art. 10 do Estatuto impõe o dever estatal de promover os direitos de primeira e segunda dimensão das pessoas idosas. Isso significa garantir os direitos de liberdade, o direito ao respeito, assegurar-lhes a dignidade e os direitos civis, políticos, individuais e sociais. Entre os direitos de liberdade, o Estatuto elenca a faculdade de ir e vir, de estar em logradouros públicos e espaços comunitários, de opinião e expressão, de crença e culto religioso, de prática de esportes e diversões, de participação na vida familiar e comunitária, de participação na vida política e a faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

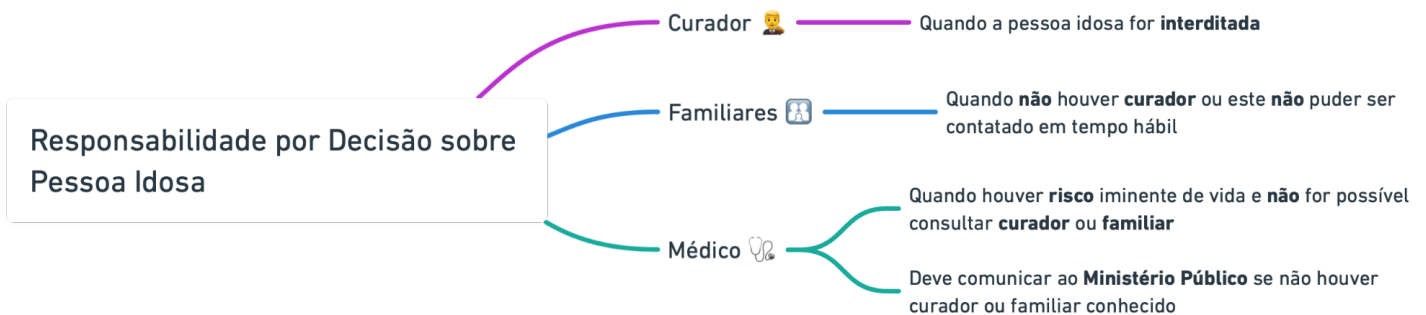
Além disso, as pessoas idosas devem ser respeitadas, especialmente no que se refere à inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais. Por fim, o Estatuto exige que todos ajam para assegurar a dignidade da pessoa idosa, distanciando-as de qualquer conduta desumana, violenta, aterrorizante, vexatória ou constrangedora.



Direito à Saúde

O art. 15, §5º, do Estatuto da Pessoa Idosa **veda a exigência de comparecimento da pessoa idosa enferma perante órgãos públicos para postular serviços públicos que lhes são assegurados.**

Situações em que diferentes responsáveis tomam decisões por uma pessoa idosa:



O art. 18, §1º traz o conceito de violência contra o idoso: **ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.**

Educação, Cultura, Esporte e Lazer

O Estatuto da Pessoa Idosa prevê direitos sociais em áreas como educação, cultura, esporte e lazer, determinando que o Estado assegure acesso das pessoas idosas a programas educacionais com currículos, metodologias e materiais didáticos específicos.

O artigo 22 obriga os sistemas de ensino a incluírem em seus currículos disciplinas sobre envelhecimento, respeito e valorização das pessoas idosas para combater preconceitos e ampliar o conhecimento.

Na área cultural, garante descontos **mínimos de 50%** em ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, além de acesso preferencial nesses eventos. Também determina espaços e horários específicos nos meios de comunicação para conteúdo informativo, educativo, artístico e cultural voltado às pessoas idosas.

A Lei nº 13.535/17 trouxe uma inovação ao Estatuto, modificando o artigo 25 e impondo às instituições de educação superior a obrigação de ofertar cursos específicos voltados à educação ao longo da vida das pessoas idosas. O poder público também deve promover a criação de



universidades abertas à terceira idade e incentivar a publicação de materiais adequados para essa faixa etária.

Da Profissionalização e do Trabalho

- O Estatuto garante aos idosos o direito ao exercício profissional.
- Não pode ser imposta idade máxima para ingresso no mercado de trabalho, exceto quando a natureza da atividade exigir (segurança pública ou privada).
- Em caso de empate em concursos públicos, a idade mais avançada será critério de preferência, respeitando-se sempre a legalidade.

Da Previdência Social

- O Estatuto reproduz normas previdenciárias já estabelecidas na legislação específica, sem maiores detalhes adicionais.

Assistência Social

- É importante diferenciar Previdência (sistema contributivo) de Assistência Social (voltado aos necessitados, independentemente de contribuição prévia).

Aplicação do Estatuto e Direito ao BPC-LOAS

- Estatuto: proteção a partir dos **60 anos**.
- Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS): a partir dos **65 anos**.

Alteração na Lei nº 8.742/1993 pela Lei 14.809/2024

- Não serão computados na renda familiar per capita para o BPC-LOAS:
 1. Auxílios financeiros temporários ou indenizações por rompimento ou colapso de barragens.
 2. Rendimentos de estágio supervisionado ou aprendizagem.

Casa-lar para idosos

- Prevê diretrizes sobre acolhimento e funcionamento das instituições que abrigam idosos.
- Exige contrato de prestação de serviço firmado com o idoso ou representante legal.
- Pode haver cobrança pelo serviço prestado, desde que **limitado a 70%** do valor do benefício previdenciário ou assistencial recebido.

Dependentes Econômicos



- Pessoas idosas acolhidas em situação de risco social podem ser consideradas dependentes econômicos.

Habitação

- Garantido o direito à moradia digna, preferencialmente junto à família ou substitutos. Caso não haja possibilidade, deve haver acolhimento em casas-lares.
- Prioridade na aquisição de imóveis próprios para idosos, incluindo:
 - Reserva de **pelo menos 3%** das unidades habitacionais para idosos.
 - Implantação de equipamentos urbanos comunitários específicos.
 - Acessibilidade com eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas.
 - Financiamentos compatíveis com rendimentos de aposentadoria e pensão.

Transporte

Gratuidade em transportes

- Basta apresentação de documento de identidade que comprove idade para usufruir do benefício.
- Municípios podem estabelecer gratuidade também para idosos **entre 60 e 65 anos** (art. 39). O STF julgou constitucional essa possibilidade.

Vagas em estacionamentos

- Obrigação de **reserva mínima de 5%** das vagas em estacionamentos privados para idosos, em locais adequados para facilitar a manobra dos veículos (art. 41).

Prioridade no transporte coletivo

- Assegurada prioridade e segurança no embarque e desembarque em veículos de transporte coletivo (art. 42).

3.3. Medidas de Proteção

As medidas de proteção à pessoa idosa são fundamentais para assegurar seus direitos e garantir sua segurança. O Estatuto da Pessoa Idosa prevê diversas medidas que podem ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, de acordo com a situação de risco ou violação de direitos. Essas medidas visam proteger a integridade física, psíquica e moral da pessoa idosa, bem como seus bens e direitos. Dentre as medidas de proteção, destacam-se:

- Encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade: esta medida busca reintegrar a pessoa idosa ao convívio familiar, sempre que possível, com a garantia de que a família ou o curador assumirá a responsabilidade por seu cuidado e bem-estar.



- Orientação e apoio sociofamiliar: oferece suporte e acompanhamento às famílias para que possam lidar com as demandas e desafios do cuidado à pessoa idosa, prevenindo situações de negligência ou abandono.
- Tratamento em instituição de saúde, ambulatorial ou hospitalar: garante o acesso da pessoa idosa a serviços de saúde adequados às suas necessidades, seja para tratamento de doenças, reabilitação ou cuidados paliativos.
- Encaminhamento para programas oficiais ou comunitários de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras, toxicômanos e outros dependentes: aborda situações em que a pessoa idosa ou seus familiares enfrentam problemas de dependência química, oferecendo suporte especializado para a superação dessas condições.
- Abrigo em entidade de acolhimento: em casos de risco iminente, abandono ou impossibilidade de permanência no convívio familiar, a pessoa idosa pode ser acolhida em instituições que ofereçam proteção e cuidado adequados.
- Requisição de tratamento de saúde, inclusive especializado: assegura que a pessoa idosa tenha acesso a todos os tratamentos de saúde necessários, inclusive aqueles que demandam especialização, garantindo sua qualidade de vida.
- Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento: promove a participação da pessoa idosa em programas que visam seu bem-estar e desenvolvimento, oferecendo atividades e suporte para sua integração social.

É importante ressaltar que a aplicação dessas medidas deve sempre visar o melhor interesse da pessoa idosa, respeitando sua autonomia e dignidade.

3.4. Política de Atendimento à Pessoa Idosa

A Política Nacional do Idoso, estabelecida pela Lei nº 8.842/1994, e o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003, são os pilares do atendimento à pessoa idosa no Brasil. Essa política visa assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Os princípios que norteiam essa política incluem:

- Prioridade no atendimento: conforme já mencionado, a pessoa idosa tem prioridade em diversos serviços e atendimentos.
- Manutenção da pessoa idosa na família: a família é o ambiente preferencial para o cuidado da pessoa idosa, com o apoio do poder público.
- Atendimento integral: a política busca atender a todas as necessidades da pessoa idosa, abrangendo saúde, assistência social, educação, cultura, esporte e lazer.
- Descentralização político-administrativa: a execução da política deve ser realizada pelos municípios, com o apoio dos estados e da União.
- Participação da sociedade: a comunidade deve participar ativamente na formulação e controle das políticas voltadas para a pessoa idosa.



Os programas e ações da Política de Atendimento à Pessoa Idosa abrangem diversas áreas, como:

- Saúde: garantia de acesso a serviços de saúde, incluindo prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, com atendimento geriátrico e gerontológico.
- Assistência Social: prestação de serviços e benefícios socioassistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), para aqueles que não possuem meios de prover a própria subsistência.
- Educação, Cultura, Esporte e Lazer: promoção de atividades que estimulem a participação da pessoa idosa, seu desenvolvimento intelectual e social, e a valorização de sua experiência.
- Trabalho e Previdência Social: incentivo à permanência da pessoa idosa no mercado de trabalho e garantia de direitos previdenciários.
- Habitação e Urbanismo: adaptação de espaços e moradias para garantir a acessibilidade e segurança da pessoa idosa.

3.5. Acesso à Justiça

O Estatuto da Pessoa Idosa garante à pessoa idosa o acesso à Justiça, assegurando-lhe todos os direitos e garantias processuais. A Lei nº 10.173/2001 já havia estabelecido prioridade na tramitação de procedimentos judiciais nos quais figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 65 anos. O Estatuto reforça essa prioridade e estabelece outras garantias, como:

- Prioridade na tramitação de processos e procedimentos: em todas as instâncias, em qualquer juízo ou tribunal, os processos em que a pessoa idosa seja parte ou interveniente terão tramitação prioritária.
- Atendimento prioritário nas defensorias públicas e serviços de assistência judiciária: a pessoa idosa tem direito a atendimento preferencial e célere nesses órgãos.
- Possibilidade de requerer a gratuidade da justiça: a pessoa idosa que comprovar insuficiência de recursos para pagar as custas processuais e os honorários de advogado tem direito à gratuidade da justiça.
- Legitimidade do Ministério Público: o Ministério Público tem legitimidade para atuar na defesa dos direitos e interesses da pessoa idosa, tanto individualmente quanto coletivamente.
- Ação civil pública: a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos da pessoa idosa pode ser feita por meio de ação civil pública.

Essas garantias visam assegurar que a pessoa idosa tenha pleno acesso à justiça e que seus direitos sejam efetivamente protegidos e defendidos.



3.6. Crimes

O Estatuto da Pessoa Idosa tipifica uma série de crimes contra a pessoa idosa, visando coibir a violência, a negligência, a discriminação e o abandono. A criminalização dessas condutas reforça a proteção legal e a importância de denunciar qualquer violação de direitos. Dentre os crimes previstos no Estatuto, destacam-se:

- Discriminação da pessoa idosa: impedir ou dificultar o acesso a operações bancárias, aos meios de transporte ou a qualquer outro meio de exercer a cidadania, por motivo de idade.
- Abandono da pessoa idosa: abandonar a pessoa idosa em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado.
- Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, da pessoa idosa: por meio de maus-tratos, privação de alimentos ou cuidados indispensáveis, sujeição a trabalho excessivo ou inadequado, ou qualquer outra forma de exploração.
- Apropriação indébita de bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento da pessoa idosa: apropriar-se ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento da pessoa idosa, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade.
- Retenção de cartão magnético ou qualquer meio eletrônico: reter o cartão magnético ou qualquer meio eletrônico da pessoa idosa, bem como qualquer documento pessoal, com o objetivo de assegurar o recebimento ou o acesso a benefícios, serviços ou produtos.
- Coação da pessoa idosa: coagir a pessoa idosa a doar, contratar, testar ou outorgar procuração.
- Induzir a pessoa idosa a erro: induzir a pessoa idosa a erro, com o objetivo de obter vantagem indevida.

APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.





CONCEITO E PRIORIDADES

- Pessoa idosa: 60 anos ou mais (art. 1º) ≠ 65 anos (transporte/BPC-LOAS).
- Prioridade especial: Maiores de 80 anos (art. 3º, §2º).
- Atendimento: Preferencial em órgãos públicos E privados (art. 3º, §1º, I).

ATENDIMENTO FAMILIAR VS ASILAR

- Regra: atendimento pela própria família (art. 3º, §1º, V).
- Exceção: asilar apenas se não tiver família OU família sem condições.

DIREITO À SAÚDE (Arts. 15-19)

- Planos de saúde: vedada discriminação, mas STJ permite aumento justificado tecnicamente.
- Pessoa enferma: VEDADO exigir comparecimento em órgãos públicos (art. 15, §5º).
- Acompanhante: autorizado pelo médico, negativa por escrito (art. 16).
- Escolha tratamento: Curador → Familiares → Médico (comunica MP) (art. 17).

DIREITO A ALIMENTOS (Arts. 12-14)

- Solidariedade: idoso pode optar entre prestadores (art. 12).
- Transação: possível sobre forma de cumprimento perante MP/Defensor (art. 13).
- ≠ Assistência social: alimentos ≠ prestações do Poder Público (art. 14).

LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE (Arts. 10-11)

- Liberdade: Ir/vir, opinião, crença, participação familiar/política.
- Respeito: Integridade física/psíquica/moral, preservação imagem/identidade.



- Dignidade: Repúdio a tratamentos desumanos/violentos/vexatórios.

EDUCAÇÃO E CULTURA (Arts. 20-25)

- Descontos: mínimo 50% em eventos artísticos/culturais/esportivos (art. 23, §1º).
- Universidades: obrigatório oferecer cursos específicos para idosos (art. 25 - Lei 13.535/17).

TRANSPORTE (Arts. 39-42)

- Gratuidade: 65 anos ou mais (art. 39 = CF art. 230, §2º).
- 60-65 anos: municípios podem estabelecer condições (art. 39, §1º).
- Estacionamento: 5% das vagas privadas (art. 41).

HABITAÇÃO (Art. 38)

- Programas habitacionais: mínimo 3% das unidades para idosos.
- Casas-lares: cobrança limitada a 70% do benefício (art. 35, §2º).

PEGADINHAS CLÁSSICAS

TEMA	CERTO	ERRADO
Idade	60 anos (Estatuto)	65 anos (só transporte/ BPC)
Percentuais	3% habitação, 5% estacionamento, 50% eventos	Confundir percentuais
Prioridade	Maiores 80 anos > demais idosos	Todos idosos iguais
Atendimento	Família > asilar	Asilar = família



Planos saúde	Aumento justificado OK (STJ)	Vedação absoluta
--------------	------------------------------	------------------

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (INSTITUTO AOCP/PC-GO - 2022) É crime previsto no Estatuto do Idoso

- A) vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo pessoa idosa.
- B) vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a pessoa idosa arma, munição ou explosivo.
- C) lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal.
- D) impedir ou obstar o acesso de pessoa idosa ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas.
- E) aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, pessoa idosa, com o fim de com ela praticar ato libidinoso.

Comentário:

A questão exigia do candidato o conhecimento específico acerca dos crimes tipificados no Estatuto do Idoso. Entre todas as alternativas apresentadas, apenas a alternativa C descreve



conduta que constitui crime previsto nessa norma, ao afirmar: *"lavar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal."*

Conforme dispõe o art. 108 do Estatuto do Idoso:

*"Art. 108. Lavar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal:
Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos."*

As alternativas A, B e E não se aplicam, pois descrevem infrações penais constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Já a alternativa D está incorreta, por tratar de crime previsto na Lei nº 7.716/89, que trata dos crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.

Dessa forma, a resposta correta é a **letra C**.

2. (INSTITUTO AOCP/MP-RR - 2022) O direito à opção pelo tratamento de saúde de pessoa idosa que não esteja no domínio de suas faculdades mentais deve ser exercido, EXCETO

- A) pelo curador, se a pessoa idosa for interditada.
- B) pelos familiares, quando a pessoa idosa não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil.
- C) pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar.
- D) pelo representante do Ministério Público, quando não houver curador ou familiar conhecido.

Comentários:

A alternativa é a **letra D**. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), especificamente em seu artigo 17, define explicitamente quem pode exercer o direito de opção quanto ao tratamento de saúde da pessoa idosa que esteja com capacidade mental prejudicada. O texto legal cita expressamente o curador (caso a pessoa idosa esteja interditada judicialmente), os familiares, na ausência ou impossibilidade de contato com o curador, e o próprio médico, diante de iminente risco à vida e impossibilidade imediata de contato com curador ou familiares. Em nenhuma hipótese o Estatuto atribui ao representante do Ministério Público a função de optar diretamente pelo tratamento médico.

A **alternativa A** está incorreta porque está correta em termos legais, pois o artigo 17 prevê expressamente o curador como responsável legal nos casos de interdição. A **alternativa B** está incorreta porque também está correta conforme o mesmo artigo, que determina a legitimidade dos familiares na ausência do curador. A **alternativa C** é igualmente correta, pois o Estatuto



autoriza expressamente o médico a tomar decisões emergenciais quando não houver tempo hábil para consultar curador ou familiares.

Gabarito: D

3. (INSTITUTO AOCP/Prefeitura Municipal de Uberaba-MG - 2024) Em relação ao direito à saúde previsto no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), assinale a alternativa INCORRETA.

A) Incumbe ao poder público fornecer às pessoas idosas, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, à habilitação ou à reabilitação.

B) As pessoas idosas com deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.

C) À pessoa idosa internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

D) Em todo atendimento de saúde, os maiores de 70 (setenta) anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência.

Comentários:

A questão solicitou a identificação da alternativa incorreta sobre o direito à saúde conforme disposto no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).

A **alternativa A** está correta, pois repete fielmente o que dispõe o art. 15, §2º, da referida lei.

A **alternativa B** também está correta e corresponde exatamente ao disposto no art. 15, §4º, do mesmo estatuto.

A **alternativa C** está correta, pois reproduz literalmente o texto do art. 16, do Estatuto do Idoso.

Já a **alternativa D** está incorreta, pois menciona a idade de 70 anos como marco para a preferência especial, porém o art. 15, §7º, da Lei nº 10.741/2003 determina claramente que essa preferência especial é garantida às pessoas idosas maiores de 80 anos:

"§ 7º Em todo atendimento de saúde, os maiores de 80 (oitenta) anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência."

Portanto, a resposta correta da questão é a alternativa D.



4. (AOCP/MP-MS - 2023) De acordo com o Direito dos Idosos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É dever do poder público prover à assistência social econômica aos idosos ou de seus familiares que não possuem condições econômicas de sustento.
- B) É desnecessária a intervenção do Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei, em demandas que não envolvam direitos coletivos ou em que não haja exposição de idoso aos riscos previstos no art. 43 do Estatuto da Pessoa Idosa.
- C) É considerada idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, porém somente é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de 65 (sessenta e cinco).
- D) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça que as referendará e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
- E) Segundo entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o reajuste de mensalidade de plano de saúde individual ou familiar fundado na mudança de faixa etária do beneficiário é inválido, mesmo que haja previsão contratual, que sejam observadas normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores e que sejam aplicados percentuais razoáveis que concretamente não discriminem o idoso.

Comentários:

A alternativa a ser marcada (incorreta perante o Direito do Idoso) é a **letra E**. Segundo o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Tema nº 952, é válido o reajuste por mudança de faixa etária em contratos de planos de saúde, desde que cumpridas três condições: previsão contratual expressa, respeito às normas dos órgãos governamentais reguladores e aplicação de percentuais razoáveis, sem discriminar concretamente o idoso. Logo, a alternativa E está em contradição com a jurisprudência atual do STJ, tornando-se incorreta.

A **alternativa A** é correta, pois o artigo 14 do Estatuto do Idoso estabelece que é obrigação do poder público prestar assistência social ao idoso em situação de vulnerabilidade econômica.

A **alternativa B** é correta porque, de fato, o Ministério Público atua obrigatoriamente apenas em casos envolvendo direitos coletivos ou situações de risco previstas no artigo 43 do Estatuto do Idoso.

A **alternativa C** está correta ao refletir exatamente a previsão do artigo 39 do Estatuto, que garante transporte gratuito apenas aos maiores de 65 anos. Por fim, a alternativa D é correta,



pois reflete corretamente o disposto no artigo 13 do Estatuto do Idoso, que autoriza acordos sobre alimentos referendados pelo Promotor de Justiça com força executiva extrajudicial.

Gabarito: E

5. (INSTITUTO AOCP/TRF 2ª Região - 2024) De acordo com as disposições do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.
- B) Incumbe ao poder público fornecer às pessoas idosas, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.
- C) Na admissão da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.
- D) Se a pessoa idosa ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao poder público esse provimento, no âmbito da previdência social.
- E) O acolhimento de pessoas idosas em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, caracteriza a dependência econômica, para os efeitos legais.

Comentários:

A questão exige que o candidato assinale a alternativa INCORRETA com base no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003). Veja a análise de cada item:

Alternativa A - Correta.

O enunciado da alternativa transcreve literalmente o art. 9º do Estatuto da Pessoa Idosa:

"É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade."

Alternativa B - Correta.

Trata-se da transcrição exata do art. 15, § 2º, do Estatuto:



"Incumbe ao poder público fornecer às pessoas idosas, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação."

Alternativa C - Correta.

O conteúdo reproduz fielmente o art. 27 do Estatuto:

"Na admissão da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir."

Alternativa D - Incorreta.

Embora parte da redação esteja correta, há erro material na parte final. O art. 14 do Estatuto estabelece que o provimento é de responsabilidade do poder público no âmbito da assistência social, e não da previdência social:

"Se a pessoa idosa ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao poder público esse provimento, no âmbito da assistência social."

Logo, esta é a alternativa incorreta, conforme exigido pelo enunciado.

Alternativa E - Correta.

A redação da alternativa é idêntica ao que prevê o art. 36 do Estatuto:

"O acolhimento de pessoas idosas em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, caracteriza a dependência econômica, para os efeitos legais."

Gabarito: alternativa D.

6. (INSTITUTO AOCP/TRF 2ª Região - 2024) Nos termos do disposto no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), assinale a alternativa INCORRETA.

A) Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.

B) O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos da referida lei e da legislação vigente.



C) Incumbe ao poder público fornecer às pessoas idosas, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

D) Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida a referida lei, hipóteses em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos, requerer diligências e produção de outras provas, usando os recursos cabíveis.

E) A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente, sendo que a falta de intervenção do órgão ministerial não acarretará a nulidade do feito.

Comentários:

Alternativa E - Correta:

O art. 77 do Estatuto disciplina que *"a falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado"*.

Alternativa A - Incorreta:

Segundo o art. 3º, § 2º do Estatuto, *"entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas"*.

Alternativa B - Incorreta:

Conforme art. 8º do Estatuto, *"o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente"*.

Alternativa C - Incorreta:

O art. 15, § 2º do Estatuto aponta que *"incumbe ao poder público fornecer às pessoas idosas, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação"*.

Alternativa D - Incorreta:

Nos termos do art. 75 do Estatuto, *"nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida esta Lei, hipóteses em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos, requerer diligências e produção de outras provas, usando os recursos cabíveis"*.



7. (INSTITUTO AOCP/Prefeitura Municipal de Uberaba-MG - 2024) Sandra, formada em Serviço Social, foi contratada para a gestão da Casa-Lar das Tulipas, instituição que atende pessoas com mais de 60 anos. Ao assumir o cargo, imediatamente tomou conhecimento de que a instituição fica com o valor integral recebido pelos usuários do serviço para custeio da entidade. Em dúvidas sobre a legalidade de tal ação, ela recorreu ao Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e concluiu corretamente que

A) à casa-lar é vedada a cobrança de participação da pessoa idosa no custeio da entidade.

B) à casa-lar é facultada a cobrança de participação da pessoa idosa no custeio da entidade. Essa participação será estabelecida pelo Conselho Municipal da Pessoa Idosa ou o Conselho Municipal da Assistência Social, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pela pessoa idosa.

C) à casa-lar é facultada a cobrança de participação da pessoa idosa no custeio da entidade. Essa participação será estabelecida pelo Ministério Público, não podendo exceder a 80% (oitenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pela pessoa idosa.

D) à casa-lar é facultada a cobrança de participação da pessoa idosa no custeio da entidade. Essa participação será estabelecida pela autoridade judicial, não podendo exceder a 90% (noventa por cento) de qualquer benefício

Comentários:

Nos termos do art. 35, §§ 1º e 2º do Estatuto da Pessoa Idosa, é permitido que entidades filantrópicas ou casas-lares cobrem uma contribuição da pessoa idosa para ajudar com os custos da instituição. No entanto, cabe ao Conselho Municipal da Pessoa Idosa ou ao Conselho Municipal de Assistência Social definir como essa participação ocorrerá, respeitado o limite de até 70% de qualquer benefício previdenciário ou assistencial que o idoso receba.

Dessa forma, por se tratar de previsão expressa na legislação, a resposta correta é a **alternativa "B"**.

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.



O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Qual a idade mínima para que alguém seja considerado pessoa idosa segundo o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003)?
2. Qual grupo de idosos tem prioridade especial sobre os demais?
3. Cite um exemplo de direito fundamental previsto no Estatuto relacionado à dignidade e liberdade da pessoa idosa.
4. Qual a diferença fundamental entre Previdência Social e Assistência Social segundo o Estatuto?
5. Qual o limite máximo permitido para cobrança de contribuição pela casa-lar para custeio do serviço prestado à pessoa idosa?
6. Qual órgão estabelece a participação financeira do idoso no custeio da casa-lar?
7. Em quais casos o atendimento familiar ao idoso pode ser substituído pelo atendimento asilar?
8. O que prevê o Estatuto da Pessoa Idosa sobre a gratuidade nos transportes coletivos urbanos?
9. Qual a medida prevista pelo Estatuto para idosos em situação de risco ou abandono?



10. O que estabelece o art. 15, §5º do Estatuto da Pessoa Idosa sobre o comparecimento de idosos enfermos a órgãos públicos?
11. Qual é o percentual mínimo de unidades habitacionais que devem ser reservadas para pessoas idosas em programas habitacionais públicos?
12. Qual é o percentual mínimo de vagas que devem ser reservadas para idosos em estacionamentos públicos e privados?
13. Qual é o desconto mínimo garantido por lei para pessoas idosas em eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer?
14. Segundo o Estatuto, quem tem legitimidade para promover ação civil pública em defesa dos direitos da pessoa idosa?

Perguntas com respostas

1. Qual a idade mínima para que alguém seja considerado pessoa idosa segundo o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003)?
 - Pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.
2. Qual grupo de idosos tem prioridade especial sobre os demais?
 - Os idosos maiores de 80 anos.
3. Cite um exemplo de direito fundamental previsto no Estatuto relacionado à dignidade e liberdade da pessoa idosa.
 - Direito de ir e vir, de expressão, crença, participação familiar e política.
4. Qual a diferença fundamental entre Previdência Social e Assistência Social segundo o Estatuto?
 - Previdência Social é um sistema contributivo; Assistência Social é voltada aos necessitados, independentemente de contribuição prévia.
5. Qual o limite máximo permitido para cobrança de contribuição pela casa-lar para custeio do serviço prestado à pessoa idosa?
 - Até 70% do benefício previdenciário ou assistencial recebido.
6. Qual órgão estabelece a participação financeira do idoso no custeio da casa-lar?
 - O Conselho Municipal da Pessoa Idosa ou o Conselho Municipal da Assistência Social.



7. Em quais casos o atendimento familiar ao idoso pode ser substituído pelo atendimento asilar?
 - Apenas quando não houver família ou a família não tiver condições econômicas.
8. O que prevê o Estatuto da Pessoa Idosa sobre a gratuidade nos transportes coletivos urbanos?
 - Garantia de gratuidade para maiores de 65 anos, facultando-se aos municípios conceder o benefício para a faixa etária entre 60 e 65 anos.
9. Qual a medida prevista pelo Estatuto para idosos em situação de risco ou abandono?
 - Encaminhamento para acolhimento em instituição especializada.
10. O que estabelece o art. 15, §5º do Estatuto da Pessoa Idosa sobre o comparecimento de idosos enfermos a órgãos públicos?
 - É vedada a exigência de comparecimento da pessoa idosa enferma perante órgãos públicos para solicitar serviços que lhes são assegurados.
11. Qual é o percentual mínimo de unidades habitacionais que devem ser reservadas para pessoas idosas em programas habitacionais públicos?
 - Pelo menos 3% das unidades.
12. Qual é o percentual mínimo de vagas que devem ser reservadas para idosos em estacionamentos públicos e privados?
 - 5% das vagas, em locais que facilitem a manobra.
13. Qual é o desconto mínimo garantido por lei para pessoas idosas em eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer?
 - Desconto mínimo de 50%.
14. Segundo o Estatuto, quem tem legitimidade para promover ação civil pública em defesa dos direitos da pessoa idosa?
 - O Ministério Público.

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (INSTITUTO AOCP/PC-GO - 2022) É crime previsto no Estatuto do Idoso



- A) vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo pessoa idosa.
- B) vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a pessoa idosa arma, munição ou explosivo.
- C) lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal.
- D) impedir ou obstar o acesso de pessoa idosa ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas.
- E) aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, pessoa idosa, com o fim de com ela praticar ato libidinoso.

2. (INSTITUTO AOCP/MP-RR - 2022) O direito à opção pelo tratamento de saúde de pessoa idosa que não esteja no domínio de suas faculdades mentais deve ser exercido, EXCETO

- A) pelo curador, se a pessoa idosa for interditada.
- B) pelos familiares, quando a pessoa idosa não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil.
- C) pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar.
- D) pelo representante do Ministério Público, quando não houver curador ou familiar conhecido.

3. (INSTITUTO AOCP/Prefeitura Municipal de Uberaba-MG - 2024) Em relação ao direito à saúde previsto no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Incumbe ao poder público fornecer às pessoas idosas, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, à habilitação ou à reabilitação.
- B) As pessoas idosas com deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.
- C) À pessoa idosa internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.



D) Em todo atendimento de saúde, os maiores de 70 (setenta) anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência.

4. (AOCP/MP-MS - 2023) De acordo com o Direito dos Idosos, assinale a alternativa INCORRETA.

A) É dever do poder público prover à assistência social econômica aos idosos ou de seus familiares que não possuem condições econômicas de sustento.

B) É desnecessária a intervenção do Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei, em demandas que não envolvam direitos coletivos ou em que não haja exposição de idoso aos riscos previstos no art. 43 do Estatuto da Pessoa Idosa.

C) É considerada idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, porém somente é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de 65 (sessenta e cinco).

D) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça que as referendará e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.

E) Segundo entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o reajuste de mensalidade de plano de saúde individual ou familiar fundado na mudança de faixa etária do beneficiário é inválido, mesmo que haja previsão contratual, que sejam observadas normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores e que sejam aplicados percentuais razoáveis que concretamente não discriminem o idoso.

5. (INSTITUTO AOCP/TRF 2ª Região - 2024) De acordo com as disposições do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), assinale a alternativa INCORRETA.

A) É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

B) Incumbe ao poder público fornecer às pessoas idosas, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

C) Na admissão da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

D) Se a pessoa idosa ou seus familiares não possuem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao poder público esse provimento, no âmbito da previdência social.



E) O acolhimento de pessoas idosas em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, caracteriza a dependência econômica, para os efeitos legais.

6. (INSTITUTO AOCP/TRF 2ª Região - 2024) Nos termos do disposto no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), assinale a alternativa INCORRETA.

A) Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.

B) O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos da referida lei e da legislação vigente.

C) Incumbe ao poder público fornecer às pessoas idosas, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

D) Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida a referida lei, hipóteses em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos, requerer diligências e produção de outras provas, usando os recursos cabíveis.

E) A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente, sendo que a falta de intervenção do órgão ministerial não acarretará a nulidade do feito.

7. (INSTITUTO AOCP/Prefeitura Municipal de Uberaba-MG - 2024) Sandra, formada em Serviço Social, foi contratada para a gestão da Casa-Lar das Tulipas, instituição que atende pessoas com mais de 60 anos. Ao assumir o cargo, imediatamente tomou conhecimento de que a instituição fica com o valor integral recebido pelos usuários do serviço para custeio da entidade. Em dúvidas sobre a legalidade de tal ação, ela recorreu ao Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e concluiu corretamente que

A) à casa-lar é vedada a cobrança de participação da pessoa idosa no custeio da entidade.

B) à casa-lar é facultada a cobrança de participação da pessoa idosa no custeio da entidade. Essa participação será estabelecida pelo Conselho Municipal da Pessoa Idosa ou o Conselho Municipal da Assistência Social, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pela pessoa idosa.

C) à casa-lar é facultada a cobrança de participação da pessoa idosa no custeio da entidade. Essa participação será estabelecida pelo Ministério Público, não podendo exceder a 80% (oitenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pela pessoa idosa.



D) à casa-lar é facultada a cobrança de participação da pessoa idosa no custeio da entidade. Essa participação será estabelecida pela autoridade judicial, não podendo exceder a 90% (noventa por cento) de qualquer benefício.



Gabarito

GABARITO



1. C
2. D
3. D
4. E
5. D
6. E
7. B



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.